

A geopolítica clássica e a análise do caso brasileiro

Fernando Ramalho Ney Montenegro Bentes*

1. Introdução

O Direito Internacional Público (DIP) se baseia em dois tipos de fontes: as materiais, que são um conjunto complexo de influências em um dado cenário histórico-determinado das relações internacionais e as formais, que são o resultado da institucionalização das fontes materiais em tratados, costumes consolidados, leis internacionais, atos unilaterais de vontade e princípios gerais de Direito. Este trabalho se concentra em um microcosmo das fontes materiais do DIP, a Geopolítica internacional. Por fim, toma-se o Brasil como exemplo de análise de casos à luz dos conceitos geopolíticos clássicos.

2. O Contexto Histórico da Geopolítica

Pioneiros no processo de unificação interna, fortalecimento estatal e desenvolvimento industrial, França e Inglaterra partiram com vantagem sobre as outras potências européias neste processo de conquista, sobretudo afro-asiática, de colônias que representassem um novo mercado à exploração de suas empresas monopolistas.

As outras potências - a Itália, Impérios Alemão, Turco-Otomano, Austro-Húngaro, Japonês e Russo, não tinham o mesmo vigor industrial franco-inglês. Embora alguns destes países, principalmente, o Império Alemão, terminassem o século XIX como potências industriais, seu atraso

* Advogado e mestrando em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio; e-mail: ferbentes@yahoo.com.br ou honestabe@ig.com.br.

no processo de unificação interna havia eliminado sua capacidade de articulação estatal-militar com a busca de colônias (mercados): o mundo já estava ocupado. A concatenação de interesses econômicos e políticos, para a elaboração de uma estratégia imperialista eficiente, já havia sido feita pelos pioneiros franco-ingleses. A fatia do mundo que restava a estas potências de “capitalismo tardio” era muito pequena.

Como resposta à necessidade de obtenção de mercados e, por conseguinte, de expansão territorial destas potências, nasce o argumento, no meio intelectual europeu, do fortalecimento do papel do Estado. Habermas¹ acredita que o impacto da desvantagem alemã e de outras potências de “capitalismo tardio” em relação à França e à Inglaterra foi tão grande que isto criou um novo modo de se pensar o Estado, baseado na ação de uma burocracia supostamente apolítica e técnica.

Habermas chama este *modus operandi* burocrático-estatal de ação instrumental, fundamentada em axiomas, portanto, indiscutíveis, tomados *a priori*. Sua pertinência é irrelevante, simplesmente são aceitos ou não como base de uma construção teórica, tal como se procede nas ciências naturais. Os Estados passam a basear suas decisões na ação instrumental porque, desta maneira, não precisam discutir suas regras basilares; elas serão um dado, a partir do qual se desdobram racionalmente outras decisões. A tematização política da ação estatal é excluída, pois ela se fundamenta numa regra imutável, tomada arbitrariamente.

A razão instrumental não só despolitiza os atos político-administrativos, como também mascara a influência da economia no Estado sem que isto seja denunciado, uma vez que a burocracia estatal nunca admite esta pressão, legitimando suas ações apenas na racionalidade técnica².

É nesse contexto de capitalismo tardio e fortalecimento do papel estatal como um agente racional de transformação social que nasce a Geopolítica. Em seu momento embrionário, a Geografia Política significava uma consideração maior do território como fator estratégico nas relações inter-estatais. Num segundo momento, já definida como Geopolítica ela se apresenta como uma Geografia do Estado, que incorpora este ente

¹ FREITAG, Bárbara e ROUANET, Sérgio P. (org.) *Habermas*. São Paulo: Ática, 1983, p.15.

² *Ibid.*, p. 16.

abstrato como principal objeto de suas considerações, como afirma Claude Raffestin, “É, de fato, uma concepção militar do poder. A geopolítica é unidimensional na exata medida em que constitui o suporte ideal para desenvolver estratégias cuja finalidade é a dominação.”³

O caráter estatal e militar da Geopolítica tornou-a matéria obrigatória nas academias de formação superior das forças armadas. Inúmeros são os casos de militares que teceram estudos aprofundados sobre o tema, tais como K. Haushofer, A. T. Mahan e, no Brasil, os generais Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos.

Raffestin⁴ acredita que a Geopolítica, limitada à consideração do Estado como objeto, é incapaz de considerações de longa escala, de uma abstração ou teorização maior, que alcance situações heterogêneas da realidade política. Vê, nesta unidimensionalidade da Geopolítica, um fato conservador, porque a consideração única e exclusiva do Estado como agente transformador da realidade seria um dado que despreza a capacidade transformadora da sociedade civil. Digerida a crítica de Raffestin, este trabalho irá tratar a Geopolítica não como única, mas como uma face das diversas faces da Geografia Política.

3. O Precursor da Geopolítica

Por ironia do destino, o primeiro autor clássico em Geografia Política não foi militar, nem político, ao contrário, teve uma formação ligada à área de Biologia. Friedrich Ratzel, zoólogo alemão, após elaborar vários artigos de conteúdo naturalista-evolucionista, baseados em Darwin, enveredou, a certa altura de sua carreira intelectual, para os estudos em Geografia.

Ratzel⁵ acreditava que seu país concluía tarde e insatisfatoriamente o processo de unificação nacional, o que causou empecilhos à expansão econômico-colonial e perda de territórios europeus em potencial. O Estado surge, então, como um eficiente galvanizador dos interesses econômicos e culturais dos povos germânicos de toda a Europa centro-oriental, na tentativa de conquistar um espaço maior na comunidade das potências mundiais.

³ RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 199.

⁴ *Ibid.*, p. 199.

⁵ RATZEL, Friedrich. *La Géographie Politique*. Paris: Fayard, 1987, p. 84.

Ratzel se insere no grupo de intelectuais germânicos que buscaram um caminho intelectual alternativo ao universalismo abstrato do iluminismo, desenvolvendo teorias de valorização da história e da cultura alemãs. Esta consideração nacionalista fazia oscilar o pensamento de autores como Kant e Ratzel do universal ao conjuntural - sua obra, dotada de princípios gerais, sofria de uma particularização recorrente que caía sempre na consideração pragmática da situação alemã.

Da sua formação como zoólogo, Ratzel⁶ tende a considerar o Estado como um organismo territorial, que se comporta como um ser-vivo, que nasce, cresce, se desenvolve e declina. Esta Biogeografia tende a dar um aspecto mais dinâmico à relação entre os Estados, considerando que há uma disputa entre os Estados, como na natureza, pelos recursos que o meio ambiente lhes proporciona, como reservas minerais, terras cultiváveis, maior espaço territorial, acesso e circulação marítimo-fluvial. Embora não caia num determinismo simples, estabelece que o solo, nas suas qualidades intrínsecas, pode favorecer ou emperrar o desenvolvimento do Estado. Este senso geográfico de disputa seria uma tarefa óbvia a ser considerada pelos homens de Estado, ou seja, o pragmatismo das decisões políticas nacionais deveria ter como pano de fundo este fundamento geográfico do poder político, segundo o qual o território é o principal tipo de poder que um Estado possui - “Um povo regride quando perde o território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de maneira geral, o começo do fim”⁷. Estas considerações sobre o papel e o comportamento do Estado contribuíram para que Ratzel fosse considerado um precursor da utilização da Geografia com fins político-expansionistas.

Ratzel⁸ estabelece, porém, que o Estado não é perene, mas sim o povo e o solo, que mantêm uma ligação espiritual entre si. A continuidade do Estado depende de sua capacidade em eliminar dissensões internas e favorecer a estabilidade política, fortalecendo a articulação natural entre o povo e o solo e mantendo o *ethos* cultural da nação.

⁶ RATZEL, Friedrich. *La Géographie Politique*. Paris: Fayard, 1987, p. 60.

⁷ RATZEL, F. “O Solo, a Sociedade e o Estado”, in *Revista do departamento de geografia*, n° 2, São Paulo: FFCLH-USP, 1983, p. 94.

⁸Ibid., p. 65.

Comparando seu pensamento com o de Malthus, Ratzel⁹ afirma que a manutenção do espaço territorial nacional tem grande importância face ao aumento da população. Embora se detivesse apenas na necessidade de manutenção do território original, este viés de seu pensamento fundamentou diversas teorias sobre o espaço vital e a necessidade de expansão territorial de um Estado, como as elaboradas por Rudolf Kjéllen, professor sueco que pode ser considerado o fundador da Geopolítica.

4. A Geopolítica Imperialista

Kjéllen¹⁰ rejeita as considerações amplas da geografia política e prega um tipo de ciência autônoma do Direito, da Geografia e da Ciência Política, que seria a Geopolítica ou uma Geografia Política de Guerra, feita sob encomenda para os grandes Estados imperialistas europeus, em suas necessidades expansionistas. Na verdade, as obras de Kjéllen criam um reducionismo da Geografia Política, que considera o meio ambiente e a raça como fatores essenciais de um Estado e a economia, a sociedade e o governo como fatores secundários. Retomando a idéia de Ratzel do Estado como ser vivente, Kjéllen estabelece a necessidade expansionista que todo país deve ter. Sua Geopolítica beira um tipo de manual para o imperialismo: “Os Estados vigorosos e cheios de vida que possuem um espaço limitado obedecem ao categórico imperativo de expandir seu espaço, seja por colonização, amalgamação ou conquista”¹¹.

Kjéllen é tido como um homem que trouxe dinâmica à Geografia Política, operacionalizando, para os homens de Estado, a teoria deixada por Ratzel e permitindo que se elaborassem estratégias baseadas no conhecimento geográfico. Germanófilo, acreditava na recorrente idéia da Europa unificada, de preferência sob a égide de um Império capitaneado pela Alemanha. Dado o conteúdo de suas obras, Kjéllen tornou-se leitura obrigatória em regimes autoritários como o nazi-fascista e as ditaduras militares do Terceiro Mundo, além de iniciar a tradição de estudo da Geopolítica nos cursos de formação superior militar.

⁹ Ibid., p. 94.

¹⁰ KJÉLLEN, R. apud ATENCIO, J. *Que es la Geopolitica*. Buenos Aires: Pleamar, 1975, p. 10.

¹¹ Ibid., p. 11.

5. O Poder Marítimo

A Europa não foi, porém, o único berço de produção teórica em Geopolítica. A. T. Mahan, almirante da marinha dos Estados Unidos, viveu um grande momento de inflexão da política externa americana, que passava do isolamento pan-americano à expansão mundial. Esta conjuntura histórica (fim do século XIX e início do XX) influenciou decisivamente sua teoria geopolítica baseada no poder marítimo. Mahan¹² estabelecia que o grande trunfo de um país era sua relação geográfica com o mar e nenhum Estado poderia partir para um crescimento vertiginoso sem essas vias marítimas. Definia a expansão imperial inglesa como um paradigma de estratégia naval bem-sucedida, uma vez que seu vasto domínio colonial permitia que sua frota se deslocasse eficientemente por todo o mundo.

Mahan¹³ afirma que o poder marítimo se assenta sobre três aspectos: a produção e troca constantes (ao contrário das nações ibéricas que só acumularam metais sem se preocupar com sua capacidade produtiva); a navegação, através da qual esta produção é comercializada; e as colônias, que além de servirem como entrepostos de troca, servem como pontos de apoio estratégicos para o deslocamento da marinha mercante e de guerra.

O conceito de defesa em Mahan¹⁴ possui duas vertentes. Tanto pode ser a defesa contra ataques iminentes ou já desferidos por nação estrangeira ou a defesa que na verdade é um ataque preventivo contra uma ofensiva inimiga futura. Mahan¹⁵ distingue esta defesa preventiva de um ataque pela atuação da marinha de guerra: se seu objetivo é a destruição da marinha inimiga, será defesa preventiva; se o alvo for o próprio país inimigo, será um ataque. Acredita que o real poder dos Estados Unidos não está em suas riquezas minerais, na população ou na vasta extensão territorial, mas sim na concatenação destes recursos com a exploração do potencial marítimo americano, com saídas para os oceanos Atlântico e Pacífico. Compara os Estados Unidos à França como um país de comportamento dúbio, que se vangloria demais de seu

¹² MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power Upon History*. London: Methuen & Co Ltd, 1965, p. 25.

¹³ Ibid., p. 28.

¹⁴ Ibid., p. 87.

¹⁵ Ibid., p. 30 e 31.

interior, em detrimento de uma visão exploratória do potencial marítimo. A França, como os Estados Unidos, tem saída para dois mares diferentes, o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo, tendo que passar pelo inconveniente de atravessar a possessão britânica do Estreito de Gibraltar para comunicar seus dois pólos portuários.

De maneira análoga, Mahan¹⁶ acredita que o grande objetivo dos Estados Unidos para o desenvolvimento de seu potencial estratégico seria a ligação entre as costas leste e oeste, via Canal do Panamá, o que aumentaria exponencialmente a quantidade de troca dentro do próprio país, além de aumentar a capacidade operacional marítima dos Estados Unidos nos principais mercados mundiais – a costa oeste, ganhando acesso à Europa e a costa leste, à Ásia e, por conseguinte, ao grande mercado sino-indiano. O grande objetivo de Mahan, o Canal do Panamá, acabou de ser construído no ano de sua morte, em 1913.

6. O Poder Terrestre

Contrariando os demais autores de Geopolítica clássica, influenciados pelas ações imperialistas de seus países de origem, H. J. Mackinder desenvolveu uma análise pragmático-global do panorama político mundial que se propunha a mais objetiva e imparcial possível.

Contraposto a A. T. Mahan, Mackinder¹⁷ acreditava que o fator estratégico mais importante nas relações internacionais era o poder terrestre, não o poder marítimo. Afirma que a massa territorial que se estende do norte da Ásia até o norte da Europa oriental, a *core area* possui contato com quase todos os continentes do mundo (à exclusão da Oceania e das Américas), o que implica numa enorme capacidade de mobilidade terrestre. Esta capacidade foi abafada com o desenvolvimento de estratégias marítimas, como o investimento em marinha de guerra e comercial, a fixação de portos em todo o mundo e a abertura de canais, como o de Suez, que anula o longo percurso de contorno do Cabo da Boa Esperança. As ferrovias, porém, devolveriam a importância do poder terrestre face às estratégias navais.

¹⁶ Ibid., p. 88.

¹⁷ MACKINDER, HALFORD J. “The Geographical Pivot of History” in: *The Geographical Journal*, nº 4, April, 1904, Vol. XXIII, Abril de 1904, Londres, p. 433.

A *core area* descrita (e todo o poder terrestre que dela advinha) coincidia, em termos gerais, ao Império Russo, cuja vastidão territorial, enorme população e abundância de recursos minerais, transformavam-no numa potencial ameaça ao equilíbrio político mundial. Desenvolvido seu potencial terrestre, o Império Russo, ocupante, a *grosso modo*, da área pivô, poderia se irradiar centrifugamente para todo o mundo. Com isto, Mackinder¹⁸ reproduz um fato recorrente na história europeia, o medo das invasões de povos asiáticos, vistos como bárbaros e atrasados, que respondem apenas “à lógica da força, jamais à razão”¹⁹.

Este poder que Mackinder²⁰ enxergava na Rússia reproduz-se na Alemanha, país que também ocupa uma posição cardíaca (na Europa) e que tem saída e entradas em várias frentes territoriais. A união dos povos eslavos com os germânicos, além de sublinhar a tradição expansionista e conquistadora de ambos, tornaria avassalador o poder dos países ocupantes da *core área*, unidos em um bloco unitário eurasiático, praticamente, imbatível pelo poder marítimo anglo-americano.

Mackinder²¹ viu a 1º Guerra Mundial como um conflito entre dois modos de compreensão de mundo diferentes: de um lado, as democracias ocidentais, com tendências iluministas e universalistas e, do outro lado, as autocracias centro-orientais europeias, de origens germânicas e tendências românticas de valorização da cultura e história particulares de seu povo. Democracia contra autocracia, liberalismo político contra intervenção estatal, estes antagonismos levariam o mundo, inexoravelmente, ao conflito filosófico e político, o que se confirmou na 1º Guerra Mundial. Após seu término, Mackinder²² expandiu seu conceito de área pivô, criando o termo *WorldIsland*, um grande continente mundial formado por Europa, Ásia e África, cujo destino permaneceria condicionado aos acontecimentos do que passou a definir como *heartland* – coração continental - uma área pivô estendida, que ainda correspondia, em termos gerais, ao território dos povos eslavos, reunidos em sua maioria sob a égide da União Soviética.

¹⁸ Ibid., p. 422, 423 e 436.

¹⁹ HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos: o Breve Século XX –1914 –1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 230.

²⁰ MACKINDER, op. Cit., p. 436.

²¹ Id., *Democratic Ideals and Reality*. New York: Henry Holt and Company, 1942, p. 7.

²² Ibid., p. 150.

A validade da concepção mackinderiana de *heartland* mundial deve ser bastante relativizada. Embora a área pivô, sob a pele da União Soviética, tenha se tornado uma superpotência mundial, confirmando parcialmente a pertinência do conceito, países como a Alemanha, EUA e Japão tiveram grande relevância no cenário mundial durante o século XX e, no entanto, seus territórios não pertencem ao suposto coração continental do mundo.

7. A Geopolítica do Brasil

A formação territorial brasileira começa, na verdade, seis anos antes de seu descobrimento, com a celebração do tratado de Tordesilhas pelas potências ibéricas, sob a chancela papal, em 1494, fixando-se um meridiano imaginário, a leste do qual Portugal poderia fixar possessões coloniais.

Uma análise do Brasil como um ser vivente, sob a ótica de Ratzel e Kjéllen, mostra claramente que os limites impostos pelo tratado de Tordesilhas foram intencionalmente transpostos desde o início da colonização de seu território. Ao gosto de Mahan, a grande preocupação do Império Português foi a defesa do litoral brasileiro e das mais importantes bacias hidrográficas do continente: ao norte, a bacia amazônica e ao sul, a bacia do Prata, ambas além do meridiano-limite estabelecido pelo tratado.

A bacia amazônica foi invadida militarmente, entre 1580 e 1640, durante a União Ibérica, pela Holanda, pela Inglaterra e pela França. Portugal conjugou duas ações para a posse da área amazônica que, a rigor, só foi lhe pertencer *de jure*, com o tratado de Madrid, em 1750. Vários fortes foram estabelecidos nas entradas e saídas dos principais afluentes do Rio Amazonas, como o que deu origem à cidade de Belém. Além disso, todas as ordens católicas foram incentivadas a colonizar a região amazônica, fato que foi cumprido de maneira mais ativa pelas missões jesuíticas.

A bacia do Prata era a saída do fluxo de couro e metais preciosos da América espanhola, o que levou Portugal a conservar a todo custo a posse da atual região do Uruguai, motivo de conflitos armados com a Espanha e, depois, entre Brasil e Argentina, que selaram a paz nesta disputa criando o Estado uruguaio, em 1828, com a celebração do tratado do Rio de Janeiro.

Ainda salientando a importância do meio marítimo-fluvial em estratégias econômico-militares, ao gosto de Mahan, o regime militar

brasileiro monopolizou o potencial hidroelétrico do Rio Paraguai com a construção da Usina de Itaipu, em 1973, que não servia apenas para fins de abastecimento energético, mas também para ameaçar áreas de produção rural argentinas, como uma reação ao desenvolvimento do programa de armamento nuclear deste país vizinho.

Quanto à colonização do interior da América do Sul, o Estado imperial português não teve um papel tão marcante – foram os próprios colonos que se comportaram como um ser vivente, ou seja, que foram se alastrando e crescendo na direção da área central do continente, durante o período de exploração de metais preciosos, com a conquista do território dos atuais estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Tal expansão se tornou viável pela União Ibérica, que colocava os domínios portugueses e espanhóis sob uma só coroa, permitindo a “invasão” da população colonial portuguesa em áreas à oeste do meridiano de Tordesilhas. No século XIX, a Guerra do Paraguai selou, de fato, a posse brasileira sobre o interior do continente sul-americano.

Em 1750, as coroas portuguesa e espanhola celebraram o tratado de Madrid, baseado no princípio do *uti possidetis* (“como possuiis agora”) que representa a aplicação, no campo do Direito Internacional, de um instituto empregado, até então, exclusivamente, no Direito Privado romano. Como o território a oeste do meridiano de Tordesilhas havia sido sistematicamente ocupado por bandeirantes brasileiros e jesuítas portugueses durante a União Ibérica e mesmo após a Restauração, em 1640, o instituto do *uti possidetis* regulamentou, juridicamente, quase todo o território brasileiro atual.

Antes mesmo do século XX, o Brasil praticamente consolidara quase todo seu território, à exceção do Acre e de Rondônia. Aquele Estado foi resultado de uma barganha política do Barão de Rio Branco, que resolveu um conflito entre seringueiros brasileiros e a Bolívia com a compra dos 200.000 km² daquela região por dois milhões de libras esterlinas mais a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que garantiria o acesso boliviano à navegação pelo Rio Amazonas. A construção desta ferrovia acabou por levar muitos trabalhadores à região, o que originou a criação do Estado de Rondônia, área já ocupada militarmente por portugueses e brasileiros desde 1776, quando foi construído o forte do Príncipe da Beira, em Guajará-Mirin²³.

²³BECKER, Bertha.K. e EGLER, Cláudio A. G. *Brasil - Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 30.

Embora, como os EUA, o Brasil tivesse conquistado boa parte dos territórios a oeste de sua área original, não houve uma política nacional de ocupação efetiva do interior. Desde o século XVIII, os sucessivos surtos de crescimento econômicos brasileiros – mineração, cafeicultura e industrialização - consolidaram o Sudeste ou, mais especificamente, a região entre Rio de Janeiro e São Paulo como a *core area* brasileira. Constituiu-se um pólo concentrador do fluxo populacional, das decisões políticas, dos investimentos econômicos e irradiador de um padrão cultural pelos meios de comunicação para todo o resto do país. Esta região chave se transformou na locomotiva do desenvolvimento nacional.

Este padrão atlântico de desenvolvimento teve um ponto de inflexão no governo JK, que começou a adotar estratégias de colonização efetiva do Brasil central e de amenização da pobreza no Nordeste, área satelizada pela região chave. A mudança da capital federal para Brasília e a criação de um órgão de desenvolvimento nordestino, a SUDENE, são os maiores exemplos da inauguração deste novo momento na geopolítica brasileira, que se voltava para o interior e que, décadas depois, verteria o eixo da política exterior para a América do Sul, com a criação do Mercosul em 1991.

Becker²⁴ afirma que este projeto geopolítico começou com a transferência da capital para o interior, mas foi com a ditadura militar que ele se tornou a doutrina oficial do Estado. A Geopolítica serviu como um bastião de legitimidade do Golpe de 1964, com a afirmação de que o governo autoritário seria uma pré-condição para a efetivação de um desenvolvimento estratégico para o país. A Ditadura Militar permitiu a visualização clara da relação estabelecida por Kjéllen entre a Geopolítica e uma concepção militar de planejamento da ação estatal. No caso brasileiro, o plano era ampliar a indústria de bens de capital e conquistar a independência técnico-científica e militar. Este era o principal meio para se chegar a um fim: transformar o Brasil numa potência mundial.

Para realizar este objetivo, o Regime Militar considerou a região de ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo como a *core area* brasileira. Neste eixo, já havia uma infra-estrutura básica montada: siderúrgicas,

²⁴ Ibid., p. 198

portos, transportes, parque industrial diversificado, cidades médias com razoável potencial de desenvolvimento e centros de formação de mão-de-obra qualificada. Em termos relativos, esta *core area* oferecia recursos que nenhuma outra região do país possuía. Além disso, sua localização geográfica ficava, a *grosso modo*, no vale do rio Paraíba do Sul, o que permite uma proteção natural das montanhas contra qualquer tipo de invasão estrangeira, receio recorrente durante a Guerra Fria.

Sendo assim, os investimentos em indústrias bélicas e civis deveriam se voltar para a *core area*, onde já se localizavam as academias de formação de oficiais do Exército (o IME, no Rio de Janeiro e a AMAN, em Rezende), da Marinha (Escola Naval, no Rio de Janeiro) e da Aeronáutica (o ITA, em São José dos Campos e a AFA, em Piraçununga). A economia ficaria perto dos encarregados de defendê-la contra possíveis invasões estrangeiras e levantes sindicais. Este duplo objetivo de defesa seria apoiado pelo novo parque industrial bélico montado pelo Governo Militar: ENGESA, AVIBRÁS, EMBRAER e IMBEL²⁵. Completando o binômio segurança/modernidade, a *core area* recebeu investimentos estatais em indústrias químicas, centros de pesquisa e montagem de computadores e estudos para enriquecimento do urânio e construção de usinas de geração de energia nuclear.

Além do desenvolvimento da região chave, os militares desenvolveram o projeto de expansão para o interior iniciado com JK, tentando ocupar efetivamente a Amazônia através de duas iniciativas: a exploração do minério de ferro com o PGC, Programa Grande Carajás e a construção da rodovia Transamazônica como um vetor de escoamento da produção nacional para o oceano Pacífico que, ao mesmo tempo, poderia criar oportunidades de trabalho para os camponeses nordestinos, dando um passo decisivo para a almejada colonização da região Norte²⁶ e criando uma alternativa à necessidade de reforma agrária. Como em todas as ações da Ditadura Militar, o medo da revolução social e a conjuntura da Guerra Fria sempre influenciaram a determinação das estratégias geopolíticas.

Para encerrar, torna-se necessário desenhar, sumariamente, o contorno geopolítico externo do Brasil, que possui uma condição

²⁵ Ibid., p. 198.

²⁶ Ibid., p. 200.

semelhante à *heartland* euro-asiática dentro da América do Sul. Se o coração continental for concebido como um conceito de análise que leva em consideração o poder de um território vasto pelo espaço interno ou externo disponível à expansão, pela posse de recursos naturais, pela população extensa e pela conexão com várias saídas para o mar e para outros países, então o Brasil, inegavelmente, teria uma importância capital dentro do continente, uma vez que reúne todas estas qualidades em relação à América do Sul.

Do ponto de vista territorial, privilegiado por Ratzel e Kjéllen, o Brasil não precisa lançar mão de conflitos externos para crescer como um organismo vivo. O grande desafio expansionista é interno e se traduz no povoamento e a exploração de suas áreas setentrionais e centrais. Do ponto de vista cultural, também privilegiado por ambos os autores, o Brasil possui uma coerência difícil de ser encontrada em países continentais, como a Rússia, China e Índia ou menores, como a Espanha e Indonésia. Guardadas as diferenças e particularidades regionais, pode-se desenhar uma cultura de língua portuguesa, religião cristã e festas rituais comuns em todo país, como o Carnaval e o futebol.

Sob a ótica de Mahan, talvez ainda falte ao Brasil uma estratégia de articulação marítima com a “supereconomia mundial asiática”²⁷, viabilizada por uma saída expedita para o Oceano Pacífico, plano que tende a se desenvolver quanto maior for a integração brasileira com a Bolívia e a Venezuela, principalmente. A vasta costa atlântica, porém, já se converte em importante fator de desenvolvimento estratégico naval, facilitando o comércio com EUA, Europa, África e aproximando o país da Ásia via canal do Panamá.

Comparado com outros blocos geopolíticos continentais, o Brasil se situa numa área de vácuo, ou seja, todos os países da América do Sul são mais frágeis que o Brasil, que, mesmo assim, não lhes exerce uma liderança tão efetiva quanto poderia. A existência de um vácuo geopolítico é um fato praticamente único no mundo - na Ásia, há pelo menos cinco pólos de poder que dirigem sua pretensão política sobre as nações que lhe satelizam: Israel, Índia, China, Rússia e Japão; na Europa, há um grande bloco, rico, populoso e militarmente poderoso, reunido na União

²⁷ ARRIGHI, G. e SILVER, B. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 216.

Européia; os EUA dirigem as ações na América do Norte e Central, tal como a Austrália se comporta na Oceania. A única situação geopolítica análoga à sul-americana é a africana, que possui influência européia ao norte, restando à África do Sul, ocupante de péssima posição geopolítica, no extremo sul do continente, uma tímida influência sobre uma parte da região sub-saariana.

Uma integração maior com a América do Sul poderia tornar efetiva uma liderança potencial do Brasil nesta área de vácuo geopolítico, servindo não só aos seus interesses nacionais, como a abertura efetiva de uma conexão com o Pacífico, mas criando uma estratégia de negociação e comportamento político-econômico conjunta dos países sul-americanos com o mundo. Este olhar geo-estratégico sob o continente sul-americano criaria uma ironia: a Geopolítica, criada e empregada pelas potências imperialistas para o domínio de áreas de influência no mundo, pode servir, agora, como meio de resistência e desenvolvimento de uma das regiões outrora disputadas.